



Número: **0800850-81.2019.8.18.0162**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Leste 1 Sede HORTO Cível**

Última distribuição : **08/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA (AUTOR)		JOSUE SILVA NEVES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7988602	22/01/2020 14:57	<a href="#">Citação</a>	Citação
7525704	08/12/2019 13:46	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
7525705	08/12/2019 13:46	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição
7525706	08/12/2019 13:46	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
7525707	08/12/2019 13:46	<a href="#">Certidão de óbito, casamento, documentos pessoais e outros</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7525708	08/12/2019 13:46	<a href="#">Código de Postagem</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7525709	08/12/2019 13:46	<a href="#">Declaração de óbito</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7525710	08/12/2019 13:46	<a href="#">Laudos</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7525711	08/12/2019 13:46	<a href="#">processo administrativo</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7525712	08/12/2019 13:46	<a href="#">RG e CPF autora</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**GABINETE DA JECC TERESINA LESTE 1 SEDE HORTO CÍVEL DA COMARCA DE**  
**TERESINA**  
Rua Jornalista Dondon, 3189, Horto, TERESINA - PI - CEP: 64052-850

**PROCESSO N°** 0800850-81.2019.8.18.0162  
**CLASSE:** PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)  
**ASSUNTO:** [Seguro]  
**AUTOR:** LUCIA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA  
**RÉU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

(Conforme Provimento 20/2014 da CGJ/PI)

**QUALIFICAÇÃO DA PARTE:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO  
DPVAT S.A.  
Edifício Citibank, 26 ANDAR, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP:  
20011-904

**FINALIDADE:** CITAÇÃO da parte requerida, acima qualificada, de todo conteúdo da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, e INTIMAÇÃO para comparecer na Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento na sede deste Fórum no endereço acima indicado.

**DATA DA AUDIÊNCIA:** 12/03/2020 11:00.

**ADVERTÊNCIAS:** 1. O réu deverá indicar o seu desinteresse na autocomposição por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (§ 5º, Art. 334 do Novo CPC). 2. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado (§8º, Art. 334 do Novo CPC). 3. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (§9º, Art. 334 do Novo CPC).

**ANEXOS:** Cópia do inteiro teor da petição inicial e despacho.

22 de janeiro de 2020.

**ALEXANDRA QUIRINO DE OLIVEIRA PIMENTEL**

Secretaria da JECC Teresina Leste 1 Sede HORTO Cível



Petição Inicial e Documentos.



Assessoria, Consultoria e Advocacia Contenciosa

Fones: (86) 99925-7120 e 98811-6949

End. Rua Simplício Mendes, nº 666, centro Sul, Teresina Piauí - CEP 64001-110.

JosueNeves80@yahoo.com.br

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DO JUIZADO  
ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA LESTE 1,**

**Autora: LUCIA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**Réu: SEGURADORA LÍDER**

**Óbito: 12.04.2018.**

**Competência Art. 4º, III, da lei 9.099/95**

**LUCIA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileira, viúva, recicladora, RG. nº 200.6010093052, SSP/PI, e CPF n. 035.814.343-85, residente e domiciliada no RS Angico, s/n, Q-AA, Bl-08, Ap601, Portal da Alegria, Teresina/PI, vêm, advogando em causa própria, propor a presente

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Em face de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, sediado sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:



## **I - DOS FATOS**

Trata-se de seguro devido em face de acidente de trânsito ocorrido em 07.04.2018 na rotatória do Vale do Gavião e que ocasionou a morte do esposo da autora Senhor Francisco Marques Fontenele, fatos estes devidamente comprados através de documentos que ora se fazem juntada.

A Autora buscou a via administrativa para o fim de receber o prêmio que lhe era devido, porém devido a negativa da requerida não restou outra alternativa, senão buscar o Poder Judiciário para fazer jus ao seu direito.

Fazemos juntada do comprovante de envio da documentação solicitada pela seguradora, porém apesar do envio dos documentos não houve pagamento do valor devido à autora e nem informação clara a respeito de qual documento estaria faltando.

## **II. PRELIMINARMENTE**

Nos termos dos Arts. 98 e 99, do CPC, informa não possuir condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento, razão pela qual, considerando a remota probabilidade de interposição de recurso, requer antecipadamente o deferimento do benefício da gratuidade de justiça.

## **III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Trata-se de seguro devido em face de acidente de trânsito ocorrido em 07.04.2018 na rotatória do Vale do Gavião e que ocasionou a morte do segurado esposo da autora, fatos estes devidamente comprados através de documentos que ora se fazem juntada.

Em caso de falecimento, oportuno transcrever a norma contida no Art. 3º, inciso I, da lei 6194/74, *verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:  
(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)



Assessoria, Consultoria e Advocacia Contenciosa

Fones: (86) 99925-7120 e 98811-6949

**End. Rua Simplício Mendes, nº 666, centro Sul, Teresina Piauí - CEP 64001-110.**

**Josue Neves80@yahoo.com.br**

b) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

c) (revogada); [\(Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; [\(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007\)](#)

A autora, portanto, tem direito a receber o valor de R\$ 6.750,00, em conformidade com o disposto no Art. 4º da lei n. 11.482/2007

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no [Código Civil](#) nos seguintes termos:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo a Autora tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o [Código Civil](#) dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Comprovado, portanto, o direito da autora.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

De acordo com o disposto, requer:

a) seja citado a Ré para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal, sob pena de suportar os efeitos da revelia;

b) seja julgada PROCEDENTE a presente ação, para condenar a

